

CARTA FINAL COMISSÃO GUARANI YVYRUPA

Encontro de lideranças e CGY no Rio Grande do Sul
Tekoa Para Roke, Rio Grande - RS



Nós, lideranças Guarani, mulheres, jovens, *xamõi*, *xaryi kuery* e caciques, de 24 *tekoa*: Araçaty - Cachoeira do Sul, Ka'aguy Poty - Estrela Velha, Guyra Nhendu - Maquiné, Guaviraty Porã - Santa Maria, Arandu Verá - (Mato Preto) Erebangó, Ko'enju - São Miguel das Missões, Karandaty - Cachoeirinha, Tekoa Porã - Salto do Jacuí, Nhu'u Porã - Torres, Tekoa Pyau - Santo Ângelo, Jata'ity - (Cantagalo) Viamão, Guyra'i Nhendu - Acegua, Pindó Mirim - Bagé, Yyrembe - Rio Grande, Guarita - Gengibre, Jekupe Amba - São Gabriel, Nhundy - Estiva, Tekoa Mirim - Mariana Pimentel, Pakurity - Passo Grande, Pindo Mirim (Itapuã) - Viamão, Yvy'ã Poty - Barra do Ribeiro, Kuaray Rese - Osório, Guaviraty - Canguçu, Guabiju - Cachoeira do Sul, estivemos reunidos no encontro de caciques e lideranças do RS, realizado entre os dias 22 e 25 de setembro de 2025, na Tekoa Para Rokẽ, município de Rio Grande (RS).

Ao longo dos três dias de encontro, discutimos questões que perpassam o cotidiano de nossas *tekoa* (aldeias), abrangendo áreas essenciais como a **saúde, educação, luta das mulheres**, nossas **estratégias de organização e, de forma central, a luta pela demarcação de nossas terras**. Temas interligados que refletem diretamente a realidade e os desafios enfrentados por nosso povo, construindo uma reflexão coletiva sobre como podemos avançar em cada uma dessas frentes.

No que tange a questão fundiária, a **insegurança territorial** segue sendo a realidade da maioria das comunidades, evidenciando a negligência do poder público, seja pela mora nos processos de demarcação ou para a regularização das reservas indígenas das áreas estaduais ocupadas pelas comunidades guarani, além das reintegrações de posse promovidas por particulares, municípios e o próprio estado do RS. Nosso estado continua com comunidades que vivem há décadas em acampamentos às margens das rodovias, em barracos de lona e nunca tiveram a devida atenção dos órgãos públicos.

Em relação ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre União e Estado do RS acreditamos que as informações e os diálogos devem ser mais ampliados para as comunidades guarani do RS, em especial para aquelas que estão diretamente impactadas, para que os trabalhos desenvolvidos cumpram a Convenção 169 da OIT, observando a Consulta Livre Prévia

e Informada às comunidades guarani, se tornando um processo mais legítimo garantindo um acompanhamento de maneira mais efetiva pelas comunidades.

Em relação a atuação das Unidades Técnicas Locais da Funai, solicitamos a criação de uma unidade no município de Rio Grande para o atendimento das comunidades guarani dos municípios de Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Bagé, Aceguá, Cachoeira do Sul, Camaquã e Caçapava do Sul visando a melhoria dos atendimentos nessa região, onde atualmente localizam 16 tekoa.

Em 2025 completam-se 400 anos das missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, o que para o povo Guarani não significa nada, além de ter sido o início das tentativas de catequização e aculturação forçada de nosso povo. São quatro séculos da presença dos colonizadores na região, que em nome do “desenvolvimento” marginalizou e segue marginalizando o povo Guarani, originário dessa terra, que segue em situação de vulnerabilidade, vivendo em territórios ínfimos e insuficientes. Acreditamos ser de suma importância maior protagonismo guarani nos debates que as secretarias do estado do Rio Grande do Sul têm realizado para construir uma comemoração destes 400 anos. Neste sentido, a plenária do encontro apresentou a proposta de que durante a Semana dos Povos Indígenas, em abril, realizemos um grande encontro para mobilizar e fortalecer a participação das comunidades Guarani do Rio Grande do Sul, reafirmando sua presença histórica e atual neste território.

No campo da saúde indígena no Rio Grande do Sul, tratamos dos atuais desafios que tivemos no último período, debatemos nossa forma de articulação e especificidades sobre a saúde para o povo guarani, desta forma, visando o efetivo atendimento de nossas demandas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), reivindicamos a criação de um DSEI específico para o Povo Guarani. A escassez de recursos, a falta de transportes adequados, como carros e o combustível para os deslocamentos de pacientes, além da ausência de UBS nas aldeias e a carência de equipes de profissionais da área, foram pontos cruciais debatidos e que exigem soluções urgentes.

Destacamos ainda a necessidade de uma atenção maior para as demandas das mulheres Guarani (kunhangue) que têm enfrentado muitos desafios, desde aqueles internos às suas comunidades até aqueles enfrentados nas esferas do poder público. Nos atentamos para a necessidade de fortalecimento de organização interna entre as kunhangue, para que cessem todos os tipos de violência, mas também da necessidade de políticas públicas que atendam as suas especificidades, respeitando e fortalecendo os conhecimentos que estas detêm, como rezadeiras, parteiras, conselheiras e educadoras.

Foi denunciado no encontro de lideranças que os trabalhadores Guarani têm sofrido diversas violências durante as colheitas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. As lideranças ressaltaram a importância de compreender melhor essa realidade, destacando que este foi o primeiro momento em que se iniciou uma discussão coletiva sobre o tema. Ficou evidente que a questão é central e precisa ter continuidade, exigindo uma atenção muito maior dos órgãos públicos, tanto no sentido de oferecer orientação clara sobre os direitos trabalhistas, quanto de garantir um olhar atento às especificidades dos povos indígenas em suas condições de trabalho, respeitando sua cultura, organização comunitária e modo de vida. Também foi ressaltada a necessidade de que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), acompanhe de perto as temporadas em que muitos trabalhadores Guarani se deslocam para trabalhar longe de seus territórios, já que nesse período têm sido relatadas inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias, incluindo situações de vulnerabilidade, falta de acesso a serviços básicos e riscos à saúde física e mental.

Sobre a educação escolar indígena e as nossas próprias formas de educar, ligadas ao nosso modo de ser (nhandereko). É visível a necessidade da implementação de políticas educacionais que atendam os direitos à educação diferenciada para os povos indígenas e da garantia de estruturas adequadas para o atendimento educacional, como dispostos na legislação vigente sobre o tema.

Este encontro reafirma a importância da união das lideranças e comunidades do Rio Grande do Sul, mostrando como a organização comunitária e a luta coletiva são nossas principais forças para enfrentar os desafios históricos, desde a negligência das políticas públicas até a luta pela preservação de nossa cultura, memória, biomas (pampa e mata atlântica) e território. Os diálogos contínuos, articulação estratégica e ação conjunta impulsionam a esperança de que podemos garantir os direitos fundamentais do nosso povo no estado do Rio Grande do Sul, como o direito à saúde, educação, proteção às mulheres, e de maneira efetiva, o reconhecimento e a demarcação de nossas terras.

A Comissão Guarani Yvyrupa, organização autônoma do nosso povo, criada para nossa melhor articulação e organização de luta, é vista como uma ferramenta de promoção e apoio de nossos encontros, presente nas nossas reuniões para tratar, conosco, de nossos temas, demandas, reivindicações e direitos constitucionais.

Por fim, como encaminhamento desse encontro, solicitamos:

Ao Ministério dos Povos Indígenas: a devida atenção a consulta prévia, livre e informada nos termos da Convenção OIT 169, no que diz respeito ao Acordo de Cooperação Técnica, uma vez que em sua maioria são as comunidades guarani que serão impactadas neste acordo e sua participação e conhecimento é imprescindível.

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas: a devida atenção às demandas fundiárias no nosso estado e para o nosso povo, através de: a) aberturas de novos GTs de demarcação; b) a retomada dos antigos GTs, até então paralisados, para finalização dos devidos estudos, de identificação e delimitação de nossa terras

Ao Ministério Público Federal: que recomende aos endereçados a devida atenção às comunidades Guarani e continue atuando e acompanhando nossas demandas, como tem feito, no cumprimento do seu dever institucional.

À Defensoria Pública da União: por entender que é a instituição responsável na defesa das demandas processuais em matéria indígena, mormente, nas questões fundiárias, solicita-se maior atenção às comunidades Guarani no sentido de acompanhamento e repasses jurídicos junto às lideranças para que as mesmas se sintam protegidas e acompanhadas pela instituição.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena: a devida atenção às comunidades Guarani do RS, primando pela consolidação de uma política pública de saúde que atenda nossas demandas e trabalhe de forma complementar aos nossos saberes ancestrais, fortalecendo nosso modo de ser e se curar, com os nossos rezadores e rezadeiras; Para o cumprimento de seu papel institucional, que é a prestação de serviços de saúde em todas as comunidades, através do aumento de profissionais da área, da disponibilização de veículos, combustíveis e de ações de saneamento em nossos tekoa solicitamos a criação de um DSEI específico para o povo Guarani.

Ao Ministério Público do Trabalho: a devida atenção às demandas das comunidades Guarani do Rio Grande do Sul, considerando as inúmeras denúncias de violências e violações de direitos sofridas pelos trabalhadores indígenas durante as temporadas de colheita. Reivindicamos que o MPT acompanhe de forma mais próxima essa realidade, fiscalizando as condições de trabalho, garantindo que os direitos trabalhistas sejam respeitados e que haja orientações claras e acessíveis às comunidades. É necessário que o Ministério Público do Trabalho reconheça as especificidades culturais do povo Guarani e atue de maneira efetiva para coibir práticas abusivas, assegurando dignidade, proteção e justiça aos trabalhadores indígenas.

À Secretaria de estado da Educação do Rio Grande do Sul: que nossas crianças tenham o direito à educação escolar diferenciada, consolidando uma política pública que congregue as formas tradicionais de educação e disponha de estrutura para que isso seja

alcançado, com a elaboração de materiais didáticos diferenciados, formação e/ou capacitação de professores e gestores que atuarão nas nossas comunidades e com garantia de espaços físicos adequados para que possamos educar e formar nossas crianças e adolescentes com dignidade.

Rio Grande,RS - Tekoá Para Roke

25 de setembro de 2025